

# CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA REDE URBANA DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA ANÁLISE SOBRE CACHOEIRA<sup>1</sup>.

Wendel HENRIQUE

Departamento e Mestrado em Geografia

Instituto de Geociências - Universidade Federal da Bahia

wendelh@ufba.br

## RESUMO

Grandes projetos e programas de desenvolvimento socioeconômico estão em curso para a reodinamização de cidades médias e pequenas do Recôncavo Baiano, que ocuparam lugares centrais na rede urbana da Bahia, mas que por razões econômicas perderam seu dinamismo e entraram em decadência. Estes projetos estão relacionados com a instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira (32.252 habitantes); Amargosa (33.554 hab.); Cruz das Almas (54.827 hab.) e Santo Antônio de Jesus (84.256 hab.), onde observamos uma série de modificações da estrutura e da dinâmica urbana destas cidades, com novas formas e estruturas, novos conteúdos, funções e processos. O referencial teórico está fundamentado nas obras de Milton Santos, em especial o texto “A Rede Urbana do Recôncavo”, que está completando 50 anos de publicação e que nos permite elaborar uma abordagem da rede urbana no passado, e Henri Lefebvre, nas obras “O Direito a Cidade” de “De lo Rural a lo Urbano”. A metodologia vincula-se a estudos de campo, com elaboração de entrevistas, registros fotográficos e observações diretas dos espaços definidos para o estudo, bem como pela leitura e análise de fontes bibliográficas e dados estatísticos. O Recôncavo Baiano, onde se constituiu a rede urbana mais antiga no Brasil, de acordo com Santos (1959), foi um grande centro da economia colonial e importante região econômica (produção de cana-de-açúcar e fumo) no Brasil Império, sofrendo um forte processo de decadência econômica e estagnação no desenvolvimento das cidades a partir do século XX. Na segunda metade do século XX, com a descoberta de petróleo na área do Recôncavo mais próxima a Salvador, criou-se uma rede infra-estrutura para atender as exigências da indústria petrolífera, isolando as áreas tradicionais e atraindo grande parcela da população das áreas canavieiras e fumageiras. Para suplantar a decadência econômica, o Estado, principalmente o Governo Federal, tem agido em determinados pontos da rede urbana do Recôncavo através de projetos e ações que envolvem grandes investimentos. Os novos moradores atraídos para estas localidades, geralmente possuem maior renda e acabam levando a uma supervalorização das cidades ou de alguns espaços internos das mesmas. Isto é verificado, principalmente, no mercado imobiliário das cidades, com o aumento expressivo dos valores cobrados para aquisição e aluguel de imóveis. No caso de Cachoeira (tombada pelo IPHAN como Monumento Nacional em 1971), observa-se uma modificação na estrutura do emprego e na construção de infra-estruturas para atender as novas centralidades que se estabelecem. Destaca-se ainda uma mudança significativa nas funções e nos serviços encontrados nestas cidades, para atender aos novos moradores e usuários. A instalação da UFRB, o Monumenta e o turismo têm instaurando, em alguns casos, processos de exclusão social/econômica e segregação de uma grande parte da população, que fica assim, a margem do desenvolvimento sócioeconômico que é observado nestes espaços. A população segregada e excluída se constitui no universo prioritário de outro grande problema, a vulnerabilidade social.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com o financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia – FAPESB – Edital 005/2007

**Palavras-chave:** Cidades médias e pequenas, rede urbana, Recôncavo, Cachoeira

## **APRESENTAÇÃO**

A partir da instalação de grandes projetos e programas de desenvolvimento socioeconômico em cidades médias e pequenas do Recôncavo Baiano, como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus e Amargosa, observamos uma série de modificações da estrutura e da dinâmica urbana destas cidades, com novas formas e estruturas, novos conteúdos, funções e processos. Os novos moradores atraídos para estas localidades, geralmente possuem maior renda e acabam levando a uma supervalorização das cidades ou de alguns espaços internos das mesmas. Isto é verificado, principalmente, no mercado imobiliário das cidades, com o aumento expressivo dos valores cobrados para aquisição e aluguel de imóveis.

No caso de Cachoeira (tombada pelo IPHAN como Monumento Nacional em 1971) o mercado imobiliário já estava inflacionado pela injeção na economia local dos recursos do Programa Monumenta (Ministério da Cultura), que atualmente está financiando, sem juros e prazos longos (10 a 20 anos) a recuperação de edificações particulares.

Para completar a situação, atualmente projetos do setor de turismo, vinculados ao patrimônio histórico e a cultura (casario colonial, festas religiosas e juninas), bem como o turismo étnico, têm ocasionado modificações profundas na estrutura urbana e no cotidiano dos moradores, na tentativa de redinamização da economia local.

## **UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL? A INSTALAÇÃO DA UFRB**

Milton Santos (1979) escreve que lugares sofrem com adaptações, desaparecimento ou diminuição das atividades chamadas ‘tradicionais’, devido a quebra de seu papel central, bem como pela diminuição do ‘campo social’, o qual fica restrito as camadas mais pobres da população da cidade. “Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vem as diferenças entre os espaços. (...) Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e mais freqüentemente em escala mundial. (...) as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas aos mesmo tempo nem têm a mesma direção. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional”. (...) “essa seletividade do espaço ao nível

econômico, assim como social, é, a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial. Esse termo exprime duas coisas diferentes segundo se considere a produção ou o consumo. A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente. No entanto, como os gostos novos se difundem na escala do país, enquanto que os gostos tradicionais subsistem, o aparelho econômico deve se adaptar ao mesmo tempo aos imperativos de uma modernização poderosa e às realidades sociais, novas ou herdadas”. (Santos, 1979:15)

Cachoeira, segundo a contagem populacional do IBGE (2007), possui 32.252 habitantes, e de acordo com Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2000 a renda per capita média era R\$ 119,5; a proporção de pobres 58,6 (%). Já em relação ao acesso a serviços básicos, para domicílios urbanos, em 2000, a situação é: 57,6% dos domicílios tem água encanada, 86,1% tem energia elétrica e 84,1% tem coleta de lixo.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que em 1991 era 0,598, passou para 0,681, em 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Cachoeira, segundo a classificação do PNUD, o que coloca entre os municípios considerados de médio desenvolvimento humano. Ainda segundo o PNUD, “em relação aos outros municípios do Brasil, Cachoeira apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3279ª posição, sendo que 3278 municípios (59,5%) estão em situação melhor e 2228 municípios (40,5%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Cachoeira apresenta uma situação boa: ocupa a 42ª posição, sendo que 41 municípios (9,9%) estão em situação melhor e 373 municípios (90,1%) estão em situação pior ou igual”.

Do ponto de vista populacional o município se configura como de pequeno porte. Cabe salientar, por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, os dados coletados ainda não permitem a sua classificação funcional, seu papel como articulador de um sistema regional e seus papéis na rede urbana baiana.

Destaca-se, segundo Milton Santos (1959), que foi no Recôncavo Baiano, onde se constituiu a primeira rede urbana no Brasil, devido a sua centralidade na economia colonial e ser uma importante região econômica (produção de cana-de-açúcar e fumo) no Brasil Império. Para o autor (1998:63), “o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...] A tais caracteres fisiográficos correspondeu uma diferente utilização do solo, que, ainda hoje [1959], de certo modo perdura. Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat

ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fofo massapê, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. Esta, aliás, em período de maior procura, desbordou seu limite ecológico e avançou por áreas diferentes, sobretudo as da formação São Sebastião, mas tem recuado, conquanto as usinas continuem guardando essas terras como reserva de lenha para suas fornalhas. A unidade do Recôncavo provinha e provém [1959] das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal). Salvador presidia a esse espaço, coordenando as suas funções diretoras”.

A área onde está inserida Cachoeira sofreu um forte processo de decadência econômica e estagnação no desenvolvimento das cidades a partir do século XX, com a mudança no perfil da economia brasileira e das estruturas sociais, uma vez que a produção agrícola do Recôncavo era baseada e sustentada pela utilização da força de trabalho escrava. Para completar o processo de estagnação do Recôncavo Canavieiro e Fumageiro, na metade do século XX, com a descoberta de petróleo na área do Recôncavo mais próxima de Salvador, toda uma rede infra-estrutura é criada para atender as exigências da indústria petrolífera, isolando as áreas tradicionais e atraindo grande parcela da população das áreas canavieiras e fumageiras, conforme analisado por Cristóvão Brito (2004).

Segundo Costa Pinto (1998:123), “a decadência da senhorial cidade de Cachoeira e a ascensão de Cruz das Almas, que é hoje [1952] o chef-lieu do Recôncavo Fumageiro, indicam, expressivamente, as fases de um processo de sucessão histórica e ecológica, para o qual, mais recentemente, outros fatores de renovação, como o caminhão e a rodovia, também contribuíram decisivamente”.

O processo decadência econômica do Recôncavo Fumageiro na Bahia pode ser comparado ao processo descrito por Monteiro Lobato, no livro *Cidades Mortas* (1919), que trata da área cafeeira do Vale do Paraíba Paulista.

“A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caqueixa, uma verdade, que é um desconsolo, ressurte de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito à paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflue com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.

(...) Mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.

(...) Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.

Umhas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes.

(...) Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiuna; casarões que lembram ossaturas de megaterios donde as carnes, o sangue, a vida, para sempre refugiram.

(...) São os palácios mortos da cidade morta”.

Para superar este processo de estagnação econômica, vários projetos e obras estão sendo desenvolvidos e instalados em Cachoeira. A instalação de uma Universidade Federal em cidades de porte médio e pequeno, de uma região que sofria (ou sofre) um grave problema de empobrecimento e estagnação econômica, é um deles.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB (disponível em [www.ufrb.edu.br](http://www.ufrb.edu.br)), “a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nasceu da luta da comunidade em prol da democratização do acesso ao ensino superior na Bahia, marcado historicamente por uma oferta restrita em relação às suas demandas. Criá-la por meio de um processo de arregimentação comunitária, faz dela uma Instituição comprometida com a produção e difusão da ciência e da cultura, além de ocupar lugar estratégico e redefinidor da matriz de desenvolvimento socioeconômico e cultural do Recôncavo”.

A UFRB possui uma constituição *multi-campi*. Em Cachoeira está instalado o Centro de Artes, Humanidades e Letras, que oferece os cursos de Jornalismo, História, Museologia, Ciências Sociais, Serviço Social e Cinema e Audiovisual. Em Cruz das Almas, além da reitoria, estão instalados os Centros de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, que oferecem os cursos de Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Zootecnia, Biologia, Gestão e Tecnologia em Cooperativa, Medicina Veterinária, Engenharia Sanitária e Ambiental e Bacharelado em Ciências e Tecnologia. Em Santo Antonio de Jesus fica o Centro de Ciências da Saúde que oferece atualmente os cursos de Psicologia, Nutrição e Enfermagem. Já o Centro de Formação de Professores instalado em Amargosa possui os cursos de Licenciatura em Física, Matemática e Filosofia, além do curso de Pedagogia.

Os temas pesquisas graduação e pós-graduação, através de uma proposta de convênio interinstitucional UFRB-UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), na área de

concentração de “Cultura e Desenvolvimento Regional”, segundo as informações do sítio da UFRB na internet, são:

- 1) formação histórico-econômica, escravidão colonial, etnicidade, diversidade, padrões culturais e comportamento dos agentes econômicos à luz destas influências;
- 2) cultura regional, condicionantes do empreendedorismo econômico e do protagonismo social e social econômico e alternativas produtivas;
- 3) políticas culturais e desenvolvimento,
- 4) análise econômica regional, eixos, pólos de desenvolvimento, concentração produtiva e desequilíbrios e formação da renda;
- 5) estratégias de desenvolvimento regional sustentável e de governança coletiva dos recursos naturais.

Segundo os dados disponíveis no sítio da UFRB na internet ([www.ufrb.edu.br](http://www.ufrb.edu.br)), o Centro de Artes, Humanidades e Letras, em Cachoeira, conta com 31 docentes (com mestrado e/ou doutorado), sendo que em 2008 são oferecidas, através de concurso público, 10 vagas para Professor Assistente, 03 vagas para Professor Adjunto e 03 vagas para Professor Auxiliar.

Este processo de instalação de objetos (universidade) com novos conteúdos e funções (educacional, serviços, etc.) e, principalmente com um novo perfil de morador (professores universitários, estudantes, servidores técnico-administrativos), também leva a transformações no cotidiano destas cidades, nas formas de relacionamento interpessoais entre os que nasceram nestes lugares e os que vieram de fora em função dos novos empregos, e que, na maioria das vezes não estabelecem vínculos afetivos com estas cidades.

Segundo a Lei nº 11.151 (29 de julho de 2005 – Presidência da República), “ficam criados no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição à UFRB:

I - os cargos de Reitor e de Vice-Reitor;

II - 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo I desta Lei;

III - 134 (cento e trinta e quatro) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior, conforme o Anexo II desta Lei; e

IV - 698 (seiscentos e noventa e oito) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio, conforme o Anexo II desta Lei.”

Este novo perfil de morador que chega às cidades também leva a uma supervalorização das mesmas ou de espaços internos específicos, em função do nível de renda maior e do perfil

de consumo que se estabelece. Isto é verificado, principalmente no mercado imobiliário das cidades, com o aumento expressivo dos valores cobrados para aquisição e aluguel de imóveis.

Atualmente, observa-se na maioria das cidades, independente de seu contingente populacional, que a vida e o cotidiano são cada vez mais caracterizados pelo efêmero, pelo passageiro, pela velocidade. Estas velocidades e modificações quebram a riqueza do cotidiano urbano, que segundo Lefebvre (1973) consiste na autenticidade das criações, dos estilos e das formas de vida “que entrelaçam gestos e palavras correntes com a cultura. Nela se opera a renovação constante dos homens (...)”. (p. 86)

Assim, objetos, ações, técnicas e os novos moradores, como vetores de modernização do socioeconômico, como verticalidade imposta sobre uma organização e estruturação anterior (sobre uma horizontalidade, sobre uma história), na maioria das vezes, atuam como uma forma de desestruturação do cotidiano. Em espaços das mesmas cidades, que não foram previamente selecionados e que são mantidos fora deste processo de constituição de um cotidiano ‘moderno, culto e global’, observamos que algumas outras formas de produção da vida e mesmo do espaço, baseados não na técnica, mas sim no encontro e da personificação das relações sociais se estabeleçam.

## **NOVOS USOS, PROJETOS E PROCESSOS: O MONUMENTA E O TURISMO**

Além dos novos moradores trazidos pela UFRB, no caso de Cachoeira o mercado imobiliário já estava inflacionado em razão dos recursos, da ordem de R\$25 milhões, do Monumenta (Programa do Ministério da Cultura, para recuperação e preservação do patrimônio histórico em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com recursos são oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o apoio da Unesco).

A atuação do Programa Monumenta, em Cachoeira (fonte: [www.monumenta.gov.br](http://www.monumenta.gov.br)) está sendo realizada nos seguintes sítios: Antiga Fábrica de Charutos Leite Alves (Fundada em 1856, de posse prefeitura de Cachoeira e disponibilizado para implantação da UFRB), Capela Nossa Senhora D’Ajuda, Conjunto do Carmo – Ordem Primeira - Igreja, Conjunto do Carmo - Ordem Terceira e Casa de Oração, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Paço Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), casa natal de Ana Nery – Rua Ana Nery nº 07, imóvel da rua Benjamin Constant nº 17, imóvel da Rua Ana Nery nº 02, imóvel da Rua Sete de Setembro nº 34, imóvel da Rua 13 de Maio nº 13, imóvel da Rua Ana Nery nº 25, imóvel da Praça da Aclamação nº 04, Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Pretos, Igreja Nossa Senhora

do Monte, nova sede da Fundação Hansen (Quarteirão Leite Alves), logradouros de públicos e orla de Cachoeira.

Entretanto, é o financiamento da recuperação de edificações particulares com juros reduzidos e prazos longos, que tem instalando, em alguns casos, um verdadeiro comércio de ruínas.

Segundo a Cartilha do Monumenta (disponível em [www.monumenta.gov.br](http://www.monumenta.gov.br)) para imóveis privados, a “taxa de juro é zero e os prazos variam de dez a 20 anos para obras de recuperação de fachadas e coberturas, estabilização e consolidação da estrutura do imóvel e para embutir a fiação elétrica. Reparos no interior dos imóveis são admitidos somente para proprietários com renda de até três salários mínimos”. (...) “Podem ser financiadas, independente da renda do interessado ou de seu representante, obras referentes à:

1. Recuperação de fachadas e coberturas, incluindo, sempre que necessário, a demolição de acréscimos que tenham descaracterizado a edificação;
2. Estabilização ou consolidação da estrutura de imóvel;
3. Embutimento da fiação elétrica em condutos e adequação dos quadros de distribuição e medição de luz.

As pessoas que possuem renda familiar mensal de até três salários mínimos poderão financiar ainda:

1. Reforma interna do imóvel, para atender à legislação sanitária brasileira quanto à iluminação natural, ventilação e instalações sanitárias;
2. Reforma e adequação do imóvel para fins de geração de renda”.

Segundo Harvey (2000), especuladores do mercado imobiliário (com apoio financeiro internacional e do Estado) procurando maximizar seus ganhos a partir do aumento da renda da terra estão atualmente reformando, reorganizando, requalificando ou mesmo produzindo novos espaços (ou novas centralidades) na busca por lucros. Criam-se diferenças geográficas na intensidade de investimento do capital, freqüentemente acarretando que regiões ricas em capital cresçam ricas enquanto regiões pobres em capital cresçam relativamente pobres. A diferenciação de estilos de vida, definidos pelo padrão econômico ou pelos valores comunitários ou de grupos, tem considerável importância. Formam-se nichos de mercado, os quais são explorados a partir da mobilização dos desejos humanos e na sua pseudo-exclusividade, isto é, negando seu acesso a todas as pessoas.

Segundo os relatórios técnicos do Programa Monumenta (disponíveis em [www.monumenta.gov.br](http://www.monumenta.gov.br)) “a implantação de cursos universitários, pela capacidade de polarizar no âmbito regional, um relevante fluxo de pessoas, é uma atividade de grande



potencial multiplicador na geração de negócios complementares imprescindíveis à vida dos estudantes, como pensões, bares, livrarias e papelarias”.

Para completar a situação, atualmente projetos do setor de turismo, vinculados ao patrimônio histórico e cultura (casario colonial, festas e outras manifestações culturais), tem ocasionado modificações na estrutura urbana dos municípios, como mais uma ação na tentativa de redinamização da economia local. As quatro cidades são regionalmente conhecidas pelas festas juninas e atraem grandes quantidades de turistas durante o período das festas, principalmente no São João. No caso específico de Cachoeira, em função da Festa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (a irmandade foi constituída há quase 160 anos exclusivamente por mulheres negras e vínculo com o candomblé), atualmente se desenvolve um projeto de Turismo Étnico, através do Programa de Ação do Turismo Étnico Afro da Bahia, uma parceria entre o Governo do Estado da Bahia e Ministério do Turismo, cuja dotação orçamentária é da ordem de R\$ 1.245.200,00.

Segundo o Ministério do Turismo ([www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)) “é necessário trabalhar para desenvolver o desejo do turista negro conhecer as suas raízes. O convênio vai possibilitar o investimento em pesquisas, para a elaboração de políticas públicas voltadas para o turismo étnico afro, além de ampliar os contatos com representações de empresários afros, para a construção de pousadas e hotéis voltados para esse segmento do turismo”.

Billy Arquimimo (coordenador de Turismo Étnico – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia), no Jornal Ìrohin ([www.irohin.org.br](http://www.irohin.org.br)), destaca no fortalecimento do turismo étnico em Cachoeira e na Bahia, “o fechamento de acordo com a Delta Airlines, vôo direto ligando Salvador aos Estados Unidos; a otimização da infra-estrutura turística, realização de cursos de qualificação e projetos de construção de home stays em núcleos culturais; lançamento do calendário de eventos do turismo étnico; agregar valor ao produto turístico é um requisito que deverá ser trabalhado através da associação de programas de turismo étnico com opções de turismo náutico na Baía de Todos os Santos e turismo esportivo, sobretudo a prática do golfe, esporte muito apreciado pelos americanos”.

A agência de turismo Cultur, oferece o roteiro "Os templos dos orixás, onde o turista pode adentrar no universo do candomblé através das nações Ketu, Gêge e Angola. A capoeira do mestre Bimba e a gastronomia baiana podem render programas adicionais, assim como um passeio de barco pelo rio Paraguaçu e visita à cidade de Cachoeira, que completam o tour histórico e cultural”.

O fluxo de turistas demanda a refuncionalização de áreas residenciais para a criação de pousadas e aumenta ainda mais a pressão sobre o mercado imobiliário. Além de ser uma ação

voltada principalmente ao turista estrangeiro. Constatamos que os moradores estão à margem deste processo, perdendo espaço na cidade para os novos usuários da cidade, tanto os residentes quanto os turistas.

Segundo Carlos (2001, p63/64), “*o sentimento de estranhamento aparece de forma inequívoca em A especulação imobiliária*, de Ítalo Calvino, em que descreve as transformações ocorridas na Riviera italiana a partir da incorporação da área na rota do turismo e as mudanças que este fato provoca nos moradores da cidade diante uma paisagem “querida que morre”, da “visão de uma cidade que era as e que se desfigurava debaixo do concreto” fatos que dificultam a identificação com o lugar da vida. Deste modo “o lugar em que nasceu foi convertido em ruínas e a pátria que buscava é feita apenas de clichês. Ele vive neste impasse. Aos olhos, esses simulacros vêm substituir tudo aquilo que acabou, acelerando sua desapareição. Implicam perda. Mas estes cenários, em vez de remeterem a fala, são, antes de tudo, construções do mundo”. A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, “espetáculo” para uma *multidão amorfa* através da criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão e, deste modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas cidades a circulação do capital tem a capacidade de destruir as paisagens anteriores e reconstruir novas paisagens a partir da lógica e dos valores capitalistas, os quais se constituíram a partir da tendência do capitalismo em estabelecer um conjunto universal de valores em escala global. Com a globalização da economia, as cidades para Harvey (2001) passam a ser encaradas como empresas incorporando processos e diversificações (divisões do trabalho, de funções de estilo de vida e valores), onde a produção dos ambientes construídos, do espaço, passa a ser relacionadas com temporalidades divergentes.

A instalação da UFRB, o Monumenta e o Turismo, têm sido fortemente amparados pelos investimentos públicos transformando a cidade de Cacheira que, até então desenvolvia atividades ‘tradicionais’, provocando em alguns momentos uma recuperação e uma melhoria das condições socioeconômicas de alguns setores das populações envolvidas, uma melhoria da infra-estrutura instalação e mesmo certo retorno econômico.

Entretanto, estes programas e ações podem levar a uma descaracterização dos lugares e expulsão dos moradores mais pobres, têm instaurando, em alguns casos, processos de

exclusão social/econômica e segregação de uma grande parte da população, que fica assim, a margem do desenvolvimento socioeconômico que é observado nestes espaços. A população segregada e excluída se constitui no universo prioritário de outro grande problema, a vulnerabilidade social. A exclusão social na sociedade capitalista como o processo que exclui parcela da sociedade dos direitos sociais, como saúde, moradia, transporte, educação, trabalho, saneamento básico, infra-estrutura, lazer, segurança, transporte, cultura, alimentação. Os excluídos, na sua maioria, são, cada vez mais, os pobres, os analfabetos, os sem teto, sem terra, os famintos, os doentes, os desempregados, assalariados, entre outros.

Segundo Milton Santos (2000:69) os países subdesenvolvidos, somente nos últimos 50 anos, conheceram três formas de pobreza. A primeira - pobreza incluída - pode ser entendida como uma "pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes". A segunda forma de pobreza é chamada de marginal, que é resultado direto da divisão social e territorial do trabalho. A terceira forma de pobreza é a que explica o período atual e a que nos interessa para entender a complexidade da exclusão social. Ela é chamada de pobreza estrutural, que de "um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; tornou-se globalizada, presente em todas as partes no mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que mais presente nos países pobres".

Hoje em Cachoeira, mesmo com todo o investimento do Estado na dinamização da economia local/regional na tentativa de resgatar uma centralidade e um desenvolvimento econômico, os moradores estão a margem deste processo, perdendo espaço na cidade e no cotidiano para os novos usuários da cidade, tanto os residentes quanto os turistas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BRITO, Cristóvão.C.T. A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano. Florianópolis: UFSC, 2004 (Tese de Doutorado em Geografia)
- COSTA PINTO, L.A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, M. A. Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, pp.101-183.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-Tempo na Metrópole. São Paulo: Contexto, 2001
- HARVEY, David. Spaces of Capital. Towards a Critical Geography. New York: Routledge, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. De lo Rural a lo Urbano. Barcelona: Ediciones 62, 1973 (2ª ed.).

LOBATO, M. Cidades Mortas. Contos e impressões. Revista do Brasil. Rio de Janeiro, 1919.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. A. Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, pp.59-99.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 2000 (5ª ed.).